

Governo negocia reduzir até pela metade multas de empreiteiras investigadas

CGU, que inicialmente rechaçou a chance de reduzir valores, quer limitar desconto a 30%; alvos da Lava-Jato querem 50%

RENATA AGOSTINI
renata.agostini@globo.com
 BRASÍLIA

Após rechaçar inicialmente a possibilidade de reduzir o valor das penalidades, o governo discute com empreiteiras que firmaram acordos de leniência na Lava-Jato uma forma de ampliar os descontos oferecidos a até 50% das multas. À frente da renegociação, a Controladoria-Geral da União (CGU) vinha limitando os abatimentos a até 30%, seguindo orientações técnicas da equipe econômica. O prazo para chegar a um consenso termina na semana que vem.

A limitação tem contrariado as empreiteiras e travado a reapactuação das leniências. Juntas, as empresas devem cerca de R\$ 8 bilhões ao governo, valor que prometiam pagar após terem confessado uma série de irregularidades, como conluio e pagamento de propina para fraudar licitações.

A maior parte delas está inadimplente há anos. No momento, há na mesa cerca de R\$ 2 bilhões em descontos, mas elas querem mais.

Os técnicos da CGU terão

encontros nesta semana com a equipe da Advocacia-Geral da União (AGU) para discutir a viabilidade de flexibilizar o entendimento adotado até agora.

PREJUÍZO FISCAL

A redução no saldo devedor passou a ser considerada após a CGU abrir a possibilidade de as empreiteiras usarem o chamado "prejuízo fiscal" no pagamento das dívidas.

As empresas calculam o valor do imposto devido após compensarem os prejuízos verificados nos anos anteriores. No caso das empreiteiras da Lava-Jato, como estão há muito tempo no vermelho, acumularam uma espécie de crédito contra a União.

Quando abriu a negociação, a CGU disse que aceitava discutir formas de facilitar o pagamento, mas não redução do valor. O uso do mecanismo do prejuízo fiscal, porém, permite um desconto na prática. A possibilidade de usar a modalidade para reduzir débitos que ainda não estejam inscritos na dívida ativa passou a valer em 2022, após a

aprovação de uma nova lei.

Ainda assim, usar esse crédito no caso de acordos de leniência é inovador, dizem especialistas. Com base na lei, o governo está ampliando a aplicação desse instrumento, numa discussão que se assemelha em grande medida às possibilidades de uso de precatórios. No caso da leniência, com aval do Supremo Tribunal Federal (STF), que vê com bons olhos a operação.

— Historicamente, o prejuízo fiscal só serviria para abatimento do lucro anual. Alguns anos atrás, a Fazenda autorizou seu uso nas transações tributárias, numa inovação bem-vinda e que colaborou muito para a solução consensual de litígios tributários. Sendo uma moeda contra a União, é razoável o seu uso para abatimento das leniências também — avalia o tributarista Luiz Gustavo Bichara.

Governo e construtoras têm até o próximo dia 26 para chegar a um acordo. É quando termina o prazo dado pelo ministro André Mendonça, do STF, que determinou a suspensão do pagamento das multas em



Mecanismo. A CGU abriu a possibilidade de as empreiteiras usarem o chamado "prejuízo fiscal" no pagamento das dívidas

À MESA COM O GOVERNO

EMPRESA	QUANDO O ACORDO FOI FIRMADO	VALOR TOTAL DO ACORDO (R\$)	QUANTO DEVE HOJE (R\$)
Novonor (ex-Odebrecht)	2018	2.727 bi	2.554 bi
Metha (grupo controlador da antiga OAS)	2019	1.929 bi	1.925 bi
Andrade Gutierrez	2018	1.49 bi	1.053 bi
Camargo Corrêa	2019	1.396 bi	0,9 bi
Braskem	2019	2.872 bi	0,694 bi
UTC	2017	0,575 bi	0,536 bi
Nova Participações (ex-Engieix)	2019	0,516 bi	0,51 bi

EDITORIA DE ARTE

quanto os dois lados tentam chegar a um entendimento. Não está descartado um pedido de prorrogação de prazo.

As negociações foram determinadas pelo STF, mas se tornaram alvo de disputa política nos últimos dias. O ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, tornou-se alvo de questionamentos da oposição por suposto conflito de interesse.

Marques é sócio do escritório VMCA Advogados, que representa a Odebrecht no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A empreiteira é uma das que

50%

de desconto nas multas
 Percentual discutido atualmente entre a CGU e as empreiteiras na reapactuação dos acordos de leniência firmados na Lava-Jato

30%

de desconto nas multas
 Limite que a CGU vinha aceitando discutir com as empreiteiras que firmaram acordos de leniência na Lava-Jato

foram procuradas pela CGU após a decisão do STF.

O ministro nega conflito de interesses. Ele afirmou que, ao assumir o cargo, informou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República a sua licença "com afastamento total das atividades de advocacia". E disse que vai se declarar impedido caso tenha de dar decisões que envolvam a empresa. Ele sustenta ainda que não recebeu qualquer quantia do escritório desde que assumiu o cargo. Sua namorada, Marcela Mattiuzzo, continua chefiando as atividades do escritório.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 6